AP Agenda Política
ISSN 2318-8499

Apresentação de Edição

Editorial

Cristiano Parra Duarte

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: crparraduarte@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0924-4573

Nayara Albrecht

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora na Newcastle University. Editora-chefe da Agenda Política.

Email: nayara.albrecht@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2613-6438

Prezadas leitoras e prezados leitores,

A equipe editorial da Agenda Política apresenta o número 2, volume 11, de 2023. A edição é composta por seis artigos do Dossiê Temático intitulado **Governança, relações federativas e políticas públicas** – que dá nome à edição –, um artigo da seção Agenda da Ciência Política, cinco artigos da seção Temas Livres e uma Entrevista com Fernando Luiz Abrucio.

A Agenda Política celebra o número recorde de artigos submetidos ao dossiê temático, resultado do trabalho de seus coordenadores em divulgar e promover a chamada. O dossiê **Governança, relações federativas e políticas públicas** é coordenado por Luciléia Colombo, doutora em Ciência Política pela UFSCar e professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e João Mendes Rocha Neto, doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), docente da Universidade de Brasília (UnB) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços, cedido ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Apresentação da Edição

O tema desta edição abarca a complexa relação entre governança, federalismo e políticas públicas. O dossiê recebeu mais de 25 artigos, número alto comparado à média geral de artigos recebidos para essa seção da revista. Os artigos selecionados apresentam diferentes facetas das interações entre os três conceitos que formam os pilares do tema do dossiê.

Como um conjunto de regras – portanto, instituições – sistemas federativos moldam o ambiente em que as políticas públicas são criadas e implementadas. Tais regras regulam a alocação de responsabilidades quanto às políticas públicas, afetando a relação entre os agentes que são responsáveis (Baldi, 1997). Disso resulta um conjunto diverso de configurações institucionais, as quais variam de acordo com cada nação de modo a formar composições únicas que incidem sobre o ambiente organizacional. Nesse sentido, há um crescente número de publicações sobre políticas públicas que aprofundam o debate sobre federalismos e relações intergovernamentais. Sobretudo, nos últimos anos (2010-2020), os estudos focam as diversas facetas da governança multi-nível, em que se destaca o federalismo (Albrecht, no prelo).

Entre distintas ênfases conferidas ao tema, coordenação de políticas públicas e dinâmica fiscal consistem em tópicos centrais. Notadamente, após 2020, houve um substancial aumento em estudos sobre as ramificações do federalismo na formulação de políticas, particularmente em relação às respostas à pandemia da COVID-19. Tais estudos enfatizam as intrincadas e multifacetadas relações entre o governo federal e seus membros constituintes e a variabilidade nos níveis de centralização, em particular a alocação de recursos fiscais (Albrecht, no prelo).

Assim, a Ciência Política converge na investigação de conceitos como "governança", "capacidades estatais", e "federalismo fiscal". A complexidade multi-governamental e a diversidade de políticas podem trazer desafios à coordenação. Tais características variam de acordo com os diferentes traços dos sistemas federativos (Baldi, 1997). Dessa forma, as tipologias de federalismo tendem a classificar os sistemas com base na complexidade e diversidade das políticas resultantes de tais arranjos.

Esse é um tema caro ao contexto brasileiro, uma vez que o país tem um sistema federativo complexo. Ao passo que a Constituição de 1988 determina elementos claramente cooperativos (Cavalcante; Lotta; Oliveira, 2018), a implementação incorpora aspectos competitivos. Ademais, disputas políticas entre os chefes do Executivo dos poderes local e central podem trazer desafios adicionais à cooperação inter-governamental, como demonstra o caso das políticas de saúde pública e educação durante a pandemia (Albrecht, no prelo). Os artigos que integram o dossiê abordam diferentes dimensões das relações federativas e seus impactos em governança e políticas públicas, tais como o papel do governo estadual, agenda presidencial e redes. São artigos que investigam diferentes domínios de políticas, incluindo saúde, educação e meio ambiente.

Em consonância com o tema do dossiê temático, esta edição traz a **Entrevista com Fernando Luiz Abrucio: federalismo e políticas públicas no Brasil democrático**, realizada por Luísa Bolaffi Arantes. Trata-se um de um rico debate, que aborda as heranças do federalismo autoritário brasileiro para as configurações atuais do sistema federalista após a redemocratização. Abrucio pontua as

transformações ao longo das décadas de modo a situar as leitoras e os leitores para entender o uso estratégico do arranjo federativo no contexto do governo de Jair Bolsonaro. Abrucio argumenta uma série de estratégias de desmobilização intergovernamental e de embate entre os entes federativos que incidem sobre uma série de políticas públicas. Ao final, Abrucio levanta uma agenda de pesquisa e discute os desafios da gestão federativa e da governança das políticas públicas para o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

A seção Agenda da Ciência Política traz o artigo **Especialização nas comissões brasileiras**, de Vitor Vasquez e Andréa Freitas. Com o objetivo de demonstrar que há especialistas nas comissões brasileiras, dedicados majoritariamente às principais jurisdições do Legislativo, o artigo analisa o tempo de legislatura que cada deputado permanece na mesma comissão entre 1995 e 2014. Por meio de análise descritiva e de análise de regressão linear multivariada, Vasquez e Freitas demonstram que, embora haja rotatividade, há também um grupo considerável de parlamentares que permanecem boa parte da legislatura nas mesmas comissões. Pelos dados, isto ocorre majoritariamente nas comissões com mais membros do Legislativo, o que, segundo os autores, representam as comissões as mais ambicionadas, demonstrando uma atenção especial dos atores legislativos a essas jurisdições e indicando uma coordenação partidária do sistema de comissões.

Já a seção Temas Livres é composta por cinco artigos inéditos. Em **A Governança migratória no Programa de Interiorização de Venezuelanos no município de João Pessoa (PB)**, Bruno Pasquarelli analisa a governança migratória no contexto do programa de interiorização de venezuelanos da Operação Acolhida no Brasil, com foco no município de João Pessoa (PB). A Operação Acolhida foi implementada para lidar com as consequências de crises políticas, econômicas e sociais que têm levado à migração em massa para diversos países, incluindo o Brasil, abordando questões como ordenamento de fronteiras, acolhimento e interiorização dos migrantes venezuelanos. O estudo utiliza metodologia qualitativa, com ênfase em pesquisa bibliográfica e documental, examinando marcos nacionais de governança migratória por meio de análise de fontes primárias, como relatórios técnicos, legislação, regulamentações e portarias.

No artigo **A percepção do Auxílio Brasil entre os beneficiários e o impacto nas eleições presidenciais de 2022**, Karla Patriota tem por objeto o Auxílio Brasil, implementado em abril de 2020 em resposta à crise da COVID-19, e que teve seu valor aumentado de R$ 400,00 para R$ 600,00 dois meses antes das eleições presidenciais de 2022. Patriota investiga a tentativa de melhorar o desempenho eleitoral do ex-Presidente Bolsonaro, especialmente entre a parcela mais vulnerável da população. Como resultado, a pesquisa, conduzida por meio de quatro Grupos de Discussão em cidades diferentes, revelou que, embora os beneficiários tenham apreciado o aumento do benefício, ele não foi suficiente para influenciar suas intenções de voto. Dessa forma, o artigo demonstra que muitos consideravam o auxílio como um "direito" a ser mantido, independentemente do resultado eleitoral, e não viam Bolsonaro como alguém comprometido com os mais pobres.

Em **Neoliberalismo e crise do capitalismo democrático: da abordagem econômica aos fundamentos da sociedade**, Sérgio Mendonça Benedito aborda o neoliberalismo e sua influência na

atual conjuntura social, econômica e política, refletida na crise do capitalismo democrático. A pesquisa explora as contribuições de autores como Mirowski, Plehwe, Biebricher e Slobodian, conectando-as à obra do sociólogo Wolfgang Streeck. Destaca-se a importância de compreender o neoliberalismo em seus próprios termos, transcendendo interpretações centradas no fundamentalismo de mercado e na busca por um Estado mínimo. Entre as principais contribuições, o artigo argumenta que o projeto neoliberal implica uma relação intrínseca entre mercado e Estado, indicando a necessidade de construir alternativas políticas que desafiem não apenas sua dimensão econômica, mas também seu modelo de sociedade.

Já o artigo **Positivismo reconsiderado: para além dos estereótipos anti-positivistas nas Relações Internacionais**, Enzo Lenine e Marlon Rodriguez exploram o papel da filosofia positivista na consolidação da disciplina de Relações Internacionais, com foco especial no modelo de explicação dos fenômenos internacionais. O estudo revisita a história do positivismo, destacando o Círculo de Viena e os princípios fundamentais dessa filosofia, centrados no modelo explicativo dedutivo-nomológico. Utilizando essa abordagem filosófica, o artigo analisa as contribuições do positivismo para as Relações Internacionais, especialmente no que diz respeito à produção de explicações. A argumentação central destaca que a consolidação da disciplina como uma ciência dos fenômenos internacionais é grandemente atribuída ao positivismo e seus princípios filosóficos na construção do conhecimento.

Por fim, o artigo **Políticas de renda e ações fiscais no contexto da pandemia do COVID-19: revisão em literaturas e relatórios internacionais**, de Luciano Henrique Fialho Botelho, Thiago de Melo Teixera da Costa e Davi Augusto Santana de Lelis, examina as amplas consequências socioeconômicas da pandemia de COVID-19 e as medidas emergenciais adotadas pelos Estados em resposta a essa crise. A pesquisa aborda a implementação de políticas de renda e medidas fiscais conjuntas por diferentes países, explorando o debate em torno do Estado de bem-estar social, suas bases fiscais e sociais, bem como a influência da pandemia no panorama socioeconômico. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo que utiliza análises bibliográficas e documentais, empregando a técnica de análise de conteúdo. O estudo destaca a valorização de ações fiscais, como geração de liquidez e subsídios para manutenção de empregos e empresas, e a promoção de políticas de renda, mas ressalta a falta de força para implementações efetivas pós-pandemia.

2 Próximos números

A próxima edição da revista trará um dossiê sobre legitimidade democrático. Ademais, há uma chamada aberta para artigos sobre Ciências Sociais Computacionais, um tema que tem se expandido principalmente devido ao desenvolvimento da inteligência artificial. Convidamos a todas e todos a submeter suas propostas às próximas chamadas no sistema da revista.

Esperamos que apreciem a leitura!

3 Referências

ALBRECHT, N. Social Protection and Federalism in times of COVID-19: a case study of Brazil. *In*: **Oxford Handbook for Social Welfare in the Global South**. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

BALDI, B. Federalism and public policy: a comparative view. **Working Paper**, Institute of Governmental Studies, University of California, 1997. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/00s4m9hv>. Acesso em: 4 jan. 2021.

CAVALCANTE, P.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. Do Insulamento Burocrático à Governança Democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (Org.). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**: intersecções analíticas. Brasília: IPEA, p. 59-83, 2018.